

Cpers promove paralisação contra PPP das escolas estaduais gaúchas

/ EDUCAÇÃO

Laura Richa

laura.oliveira@jcrs.com.br

Uma paralisação contra o que é considerado pelo Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (Cpers) uma “privatização de escolas públicas estaduais” está marcada para esta quinta-feira em Porto Alegre. Liderado pelo Cpers, o ato é contra o projeto do governo de Parcerias Público-Privadas (PPPs) para a educação gaúcha, e deve reunir professores, funcionários de escola, estudantes, familiares e a comunidade escolar.

No próximo dia 26, está marcado o leilão, em São Paulo, que deve entregar 98 escolas para a gestão privada por 25 anos. Segundo o governo do Estado, o objetivo é garantir uma gestão dos recursos mais eficiente, deixando a cargo da empresa privada a prestação de serviços de apoio, para que os educadores possam se dedicar apenas às atividades pedagógicas. A gestão do governador Eduardo Leite afirma ainda que esses serviços “não interferem nas atividades pedagógicas”. No entanto, nas escolas a proposta é recebida com desconfiança e críticas à distribuição dos valores públicos.

Para Rosane Zan, presidente do Cpers, o investimento, feito com dinheiro público, visa lucro e causará desigualdade entre as escolas da rede estadual. O projeto irá abranger apenas 4% das mais de 2,3 mil escolas estaduais. “Esse valor, R\$ 4,5 bilhões, é muito dinheiro, quando uma escola vive anualmente com repasse de 30 e poucos mil [reais]. Enquanto uma escola dessas, das PPPs, dividindo, vai ganhar em torno de R\$ 154 mil mensais. E as outras de-

mais escolas como é que ficam?”, questionou Zan.

O projeto “PPP Educação” faz parte do “Plano Rio Grande”, programa para reconstrução do Estado. Segundo a Secretaria de Reconstrução Gaúcha, as escolas foram selecionadas em áreas de maior vulnerabilidade social, seguindo os critérios técnicos definidos pelo Programa RS Seguro, que utiliza índices de criminalidade, educacionais e estimativas de população e renda. Segundo o Cpers, 54 das 98 escolas selecionadas pelo governo não se enquadrariam nos critérios previstos.

Em 2024, a PPP havia sido suspensa pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE-RS) por apresentar inconsistências no projeto. O relator do processo, conselheiro Estilac Xavier, apresentou que não havia comprovação da vantagem econômica do modelo, além de violar a lei que prevê autonomia pedagógica das escolas, faltar com a regularização fundiária das unidades e fiscalização permanente da execução contratual. O processo foi posteriormente liberado para continuidade, após atuação da Procuradoria-Geral do estado (PGE-RS).

“Nós temos esse propósito, a mobilização da sociedade como um todo, ao contrário da venda das escolas, a privatização, a mercantilização da educação”, comentou a presidente do Cpers.

A Secretaria de Educação do Estado, afirmou que as aulas devem continuar normalmente apesar da paralisação. O governo do RS se manifestou por meio de uma nota onde diz que “não há nenhuma escola estadual à venda no Rio Grande do Sul”. Segundo a gestão, “o projeto beneficiará mais de 60 mil alunos, a partir da requalificação da infraestrutura, feita pela parceria privada”.

El Niño terá inverno mais chuvoso e pico na primavera

Estado lançou ontem o programa Prepara RS para mitigar efeitos do clima

/ CLIMA

Cássio Fonseca

cassiof@jcrs.com.br

A chegada do El Niño reforça o alerta sobre prevenção de cheias no Rio Grande do Sul, que vive com a cicatriz aberta das enchentes de 2024 e de outros eventos climáticos extremos recentes. O cenário do clima, conforme a meteorologista do Centro de Monitoramento da Defesa Civil do Estado, Cátia Valente, aponta para o pico do evento na primavera, com maior incidência de tempestades, enquanto o aumento no volume de chuvas deve ocorrer ainda neste inverno, a partir de julho.

Com esse cenário, o governo do Estado lançou ontem o Programa Estadual de Preparação para Eventos Extremos (Prepara RS - El Niño), a fim de preparar o Rio Grande do Sul para potenciais efeitos associados ao fenômeno. O governador Eduardo Leite assinou o decreto que regulamenta a iniciativa e suas ações. O ato ocorreu durante o primeiro encontro regionalizado do programa, que reuniu 73 municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre

O Executivo estadual ressalta, no entanto, que o intuito é tranquilizar a população com atualizações recorrentes, e que as previsões precisas sobre os eventos específicos ocorrem com 15 a 30 dias de antecedência. Ainda no campo especulativo, Cátia diz que o cenário atual de aquecimento é muito parecido com os grandes eventos de 1982-1983, 1997-1998 e 2015-2016.

Por outro lado, Cátia explica que “cada evento tem personalidade própria” e que, embora a intensidade possa ser a mesma, os estragos variam por região. Em 1982, o impacto maior foi em Santa Catarina, enquanto há 10 anos as enchentes focaram no Sul e Oeste gaúcho. O prazo estipulado em duas semanas a um mês para prever a magnitude dos episódios, inclusive, é um trunfo quando comparado com a catástrofe de 2024, e se justifica com o investimento em tecnologia nestes dois anos.

Cátia frisa ainda que, ao contrário do El Niño de 2023, quando o inverno foi de secas extremas e queimadas no Brasil, os mode-



Leite disse que o RS está mais preparado dois anos após as enchentes

los para 2026 indicam uma distribuição melhor da chuva, prevenindo precipitação inclusive no Mato Grosso e São Paulo, evitando a concentração dos volumes sobre o Sul do País.

A curto prazo, afinal o fenômeno já está ocorrendo e ele é considerado fraco - índice é medido pela temperatura do Oceano Pacífico, que está em 0,9°C -, passando para médio em duas semanas e com previsão de atingir níveis fortes a muito fortes na primavera, acima de 1,5°C ou 2,0°C.

O governador Eduardo Leite aponta que, nas cheias, “lidávamos com informações muito mais superficiais relacionadas aos efeitos climáticos. Hoje temos a capacidade de um melhor diagnóstico das vulnerabilidades e necessidades dos nossos municípios e reforçamos as nossas estruturas de defesa”. O gestor afirma que os municípios também foram mobilizados para que pudessem reforçar suas próprias capacidades, o que resulta em uma rede de proteção que, mais à frente, pode evitar perdas de vidas e resultar em um reestabelecimento mais eficaz das estruturas.

O chefe da Casa Militar e coordenador estadual de Proteção e Defesa Civil, Luciano Boeira, explica que a iniciativa é parte de um processo contínuo desde o lançamento do Plano Rio Grande, em 2024, e reforça que o corpo técnico do órgão foi ampliado em mais de 50%. Ele também aponta para medidas além do prazo, como o Centro Estadual de Gestão Integrada de Riscos e Desastres, em Por-

to Alegre, com investimento de R\$ 70,2 milhões, que deve ser inaugurado em março de 2027.

Nessa linha, também serão erguidos Centros Regionais em Lajeado, Caxias do Sul, Pelotas e Santa Maria, orçados em R\$ 111 milhões, para descentralizar a gestão da Capital. O coronel ainda destacou investimentos importantes como os três novos radares com alcance de 400 km, somando-se ao radar de Porto Alegre, com investimento de R\$ 177,7 milhões. O primeiro deve ser instalado até o final deste ano e os outros dois até a metade de 2027. A rede estará totalmente operante até o final do próximo ano.

Boeira relembra que foram cerca de R\$ 300 milhões em obras de prevenção apenas na Capital, além de R\$ 215 milhões em Canoas e mais aportes pelo Rio Grande do Sul. “Temos pequenas, médias, grandes e super grandes obras em andamento”, completa o coronel.

O secretário estadual de Comunicação, Caio Tomazeli, destaca que todo esse processo é como o “plano de incêndio de um prédio”, sob o argumento de que, assim como em um edifício, as pessoas precisam saber onde estão as saídas e as mangueiras antes do fogo começar, assim como a população precisa conhecer os processos previamente para saber como agir e para onde ir em uma emergência climática. Por outro lado, não é preciso “divulgar tudo de uma vez”, a fim de não gerar alarde, quando o intuito é tranquilizar.

Centro de Dor e Deformidade Orofacial - CENDDOR

Dr. Eduardo GROSSMANN

Cirurgia BucoMaxiloFacial CRO 7247

- ATM - Bruxismo - LASER - Placas
- Inibição Segmentar Neural - Artrocentese

Rua Cel. Corte Real 513 - Petrópolis - Fone: (51) 33314692 & 33314315, Cel.: (51) 99997969 - email :edugrnmn@zaz.com.br

VARIZES

TRATAMENTO ESTÉTICO DE VARIZES
CIRURGIA COM MICROINCISÕES PUNCTIFORMES
ESCLEROTERAPIA DE VARIZES

DR. JOSÉ ARTHUR D. MICKELBERG _ CRMRS 7058

DR. LUIZ ANTÔNIO POSSAMAI _ CRMRS 11050

RUA CASTRO ALVES, 951 - FONES 3331.7711 - 3333.7060